



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO

Terceira Câmara Criminal

Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho



112

HABEAS CORPUS Nº 0200243-9

COMARCA: Itambé – Vara Única

IMPETRANTES: Dr. Carlos Eduardo Ramos Barros e outros

PACIENTES: José Roberto dos Santos e Rodrigo dos Santos Ribeiro

PROCURADOR: Dr. Itabira de Brito Filho

RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. JÚRI. ACUSADOS PRONUNCIADOS. PEDIDO DE DESAFORAMENTO DEFERIDO. EXCESSO DE PRAZO JUSTIFICADO PARA JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. ASSENTES OS REQUISITOS DA CUSTÓDIA CAUTELAR.

I – Inadmissível a alegação de excesso de prazo para julgamento dos Pacientes pelo Tribunal do Júri, incidindo na hipótese o Princípio da Razoabilidade, eis que os acusados foram pronunciados em menos de nove meses da data do recolhimento provisório, sendo certo que estavam foragidos anteriormente. Além do mais, o pleito de Desaforamento, ajuizado pelo Ministério Público, foi deferido em menos de sete meses por esta Corte, estando próximo de serem os Pacientes levados a julgamento, não se configurando o alegado constrangimento ilegal.

II – Existindo nos autos a evidência de que persistem os motivos da segregação provisória dos Pacientes, tidos como integrantes de grupo de extermínio, atemorizando as vítimas e testemunhas, além de exercerem influência política na região, por serem parentes de ex-Presidente da Câmara de Vereadores da Comarca de Itambé-PE, não se recomenda, também por esse motivo, a concessão da liberdade pretendida.

III – Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *Habeas Corpus* nº **0200243-9**, em que são partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do Relatório e Votos anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 15 de dezembro de 2009.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO

Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho



113

HABEAS CORPUS Nº 0200243-9

COMARCA: Itambé – Vara Única

IMPETRANTES: Dr. Carlos Eduardo Ramos Barros e outros

PACIENTES: José Roberto dos Santos e Rodrigo dos Santos Ribeiro

PROCURADOR: Dr. Itabira de Brito Filho

RELATOR: Des. Nivaldo Mulatinho Filho

RELATÓRIO

O Bel. **Carlos Eduardo Ramos Barros e outros**, fundamentados no Art. 5º, inciso LXVIII, da CF/88 e Arts. 647, *caput*, e 648, inciso II, ambos do CPP, impetraram ordem de *Habeas Corpus* liberatório, em favor dos irmãos **JOSÉ ROBERTO DO SANTOS RIBEIRO**, codinome "**Seu Bliu**", e **RODRIGO DOS SANTOS RIBEIRO**, qualificados às fls. 02, apontando como autoridade coatora o Juízo da Vara Única da Comarca de Itambé-PE, onde tramita a Ação Penal nº 221.2007.000099-6, a que respondem os Pacientes como incursos nas penas do Art. 121, *caput*, c/c Art. 14, inciso II, ambos do Código Penal (*tentativa de homicídio simples*), sob o argumento de excesso de prazo, sem que tenham dado causa, eis que, presos preventivamente desde **26/03/2008** (fls. 14) e pronunciados em **05/12/2008** (fls. 15/18), ainda não foram julgados pelo Tribunal do Júri, tendo em vista o deferimento, em **09/09/2009**, por esta Corte do Pedido de Desaforamento (Processo nº 186.402-4), ajuizado pela Promotoria de Justiça (fls. 20/27).

À inicial foram acostados os documentos de fls. 08/35, entre eles cópias da Denúncia (fls. 08/10), do Decreto de Prisão Preventiva (fls. 11/13), da Decisão de Pronúncia (fls. 15/18), do requerimento de Desaforamento ajuizado pela Promotoria de Justiça (fls. 20/27).

Às fls. 41, solicitei informações à autoridade dita coatora, que as prestou (fls. 45), noticiando o trâmite processual, oportunidade em que juntou cópias de documentos (fls. 46/59), entre eles do Termo de Julgamento do Pedido de Desaforamento, dando conta do seu deferimento (fls. 58/59).

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Itabira de Brito Filho, opinou pela denegação da ordem (fls. 63/64).

É o relatório.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO

Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho



114

VOTO

Cuida-se de *Habeas Corpus* liberatório, impetrado em favor dos irmãos **JOSÉ ROBERTO DO SANTOS RIBEIRO**, codinome "**Seu Blu**", e **RODRIGO DOS SANTOS RIBEIRO**, qualificados às fls. 02, que respondem ao Processo-Crime nº 221.2007.000099-6, como incurso nas penas do Art. 121, caput, c/c Art. 14, inciso II, ambos do Código Penal (*tentativa de homicídio simples*), perante o Juízo da Vara Única da Comarca de Itambé-PE, tido como autoridade coatora.

Alegam os impetrantes que os Pacientes, custodiados preventivamente, desde **26/03/2008**, no Presídio de Igarassu-PE, cuja apresentação à Autoridade Policial foi espontânea (fls. 14), sofrem constrangimento ilegal na sua liberdade de locomoção, decorrente de excesso de prazo, sem que tenham dado causa. Aduzem que, embora pronunciados em **05/12/2008** (fls. 15/18), cuja decisão transitou em julgado em **26/01/2009** (fls. 19), ainda não foram julgados pelo Tribunal do Júri, em decorrência do Pedido de Desaforamento de nº 186.402-4, ajuizado pela Promotoria de Justiça (fls. 20/27), que foi deferido por este Tribunal, em **09/09/2009**. Sustentam que os Pacientes estão segregados provisoriamente há 01 (um) ano e 07 (sete) meses, sem previsão de quando haverá o julgamento, inclusive por estarem os autos do feito originário ainda na Comarca de Itambé-PE.

Observo que na impetração consta o nome do Paciente como **JOSÉ ROBERTO DO SANTOS RIBEIRO**, codinome "**Seu Blu**". Entretanto, conforme se depreende da leitura da Denúncia (fls. 08/10), do Decreto de Prisão Preventiva (fls. 11/12), da Decisão de Pronúncia (fls. 15/18), do Pedido de Desaforamento (fls. 20/27), o nome do Paciente está indicado como **JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS**.

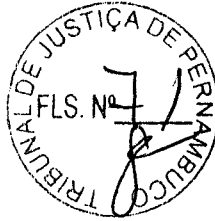
Narra a Preambular Ministerial (fls. 08/10) que, em **30/10/2008**, por volta das 19h, **José Rodrigues de Lima**, alcunhado de "**Mi**", e **Edmilson Rodrigues de Lima** bebiam no bar de "**Carioca**", localizado em rua não especificada, no centro da cidade de Itambé-PE, quando os irmãos, os acusados **JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS**, codinome "**Seu Blu**", e **RODRIGO DOS SANTOS RIBEIRO**, passaram dirigindo um veículo Parati, cor prata, lentamente e olhando para dentro daquele estabelecimento. Desconfiadas, as vítimas resolveram ir embora, quando, em frente ao bar referido, o denunciado **RODRIGO DOS SANTOS RIBEIRO** parou o carro, tendo o acusado **JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS**, codinome "**Seu Blu**", descido do veículo, sacando dois revólveres, ao tempo em que disparou cerca de cinco tiros contra as vítimas, que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO

Terceira Câmara Criminal

Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho



115

correram, sendo atingido **Edmilson Rodrigues de Lima** por um disparo no braço direito, conseguindo ainda correr, evadindo-se os acusados do local, após o que dita vítima foi socorrida ao Hospital de Trauma de João Pessoa, onde ficou por quatro dias.

Relata a Atrial Acusatória que o crime foi motivado por vingança, pois a vítima **José Rodrigues de Lima**, alcunhado de "MI", teria esfaqueado "**Naninha**", que é irmão do denunciado **ROBERTO DOS SANTOS**, codinome "**Seu Blu**", três meses antes, tendo o acusado **RODRIGO DOS SANTOS RIBEIRO** tentado matar essa mesma vítima, outras vezes, sem êxito.

Conforme informou a Togada monocrática (fls. 45), atualmente o processo se encontra aguardando que uma das Varas do Tribunal do Júri da Capital requeira os autos da Ação Penal originária, acrescentando que permanecem presentes os motivos que ensejaram o decreto segregatório.

Em pesquisa realizada no Judwin de 1º Grau, constatei que o feito relativo ao Desaforamento (Processo nº 186.402-4), foi remetido ao Diretor do Fórum da Capital, em **23/11/2009**.

Ao decretar a custódia cautelar dos Pacientes, em **05/09/2007**, a Magistrada de 1º Grau a fundamentou na conveniência da Instrução Criminal e na garantia da Ordem Pública, aduzindo (fls. 11/12):

"Da análise dos autos, verifico que os elementos novos trazidos à baila pelo órgão ministerial, justificam o decreto de prisão preventiva. A vítima, em seu depoimento, afirma se sentir atemorizada pela conduta dos acusados, temendo pela própria vida, inclusive, o seu irmão, também vítima nestes autos, já se mudou para o Rio de Janeiro.

Constata-se, assim, que há um iminente risco à ordem pública, já que os acusados em liberdade podem voltar a praticar crimes, principalmente contra a própria vítima, como também há risco para a instrução criminal, pois pelos depoimentos prestados, as testemunhas se sentem atemorizadas em prestar depoimento."



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO

Terceira Câmara Criminal

Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho



116

O pleito de Desaforamento, ajuizado pelo Ministério Público foi acatado por esta Corte, nos seguintes termos:

"EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. PEDIDO DE DESAFORAMENTO FORMULADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. ALEGAÇÃO DE DÚVIDA QUANTO À IMPARCIALIDADE DO JÚRI. RÉUS APONTADOS COMO INTEGRANTES DE UM GRUPO DE EXTERMÍNIO. INFLUÊNCIA POLÍTICA DE FAMILIAR DOS RÉUS. RECEIO DE IMPARCIALIDADE COMPARTILHADO PELO MAGISTRADO A QUO. À UNANIMIDADE DE VOTOS, DEFERIU-SE O PEDIDO DE DESAFORAMENTO PARA O TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE RECIFE.

1. **As alegações do Ministério Público foram reconhecidas pelo Juiz de Direito da Comarca de Caruaru de que os réus JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS e RODRIGO DOS SANTOS RIBEIRO são pessoas bastante temidas na comunidade local, por se tratarem de integrantes de grupo de extermínio, além de possuírem influência política na região, vez que parentes (irmãos) de ex-presidente da Câmara de Vereadores da Comarca de Itambé, circunstâncias que comprometerão a imparcialidade dos membros do Conselho de Sentença.**

2. Nos termos do art. 427 do Código de Processo Penal, foi deferido o desaforamento para uma das Varas do Tribunal do Júri da Comarca de Recife." **(sem grifos no original)** (Desaforamento nº 186.402-4, Rel. Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima, 4ª Câmara Criminal do TJPE, J. 09/09/2009).

Manifestando-se acerca do pedido contido na impetração, a douta Procuradoria de Justiça Criminal, esboçou o seguinte entendimento (fls. 64):

"Cuido que, a prisão dos pacientes ocorreu aos 26 de março de 2008, sendo que aos 05 de dezembro do mesmo ano, ou seja, menos de doze meses após o seu detimento, os mesmos já se encontravam pronunciados, porém, conforme enfatiza a Juíza informante, após o trânsito em julgado da pronunciatória, a douta Promotora de Justiça ingressou com o pedido de desaforamento, o qual foi acolhido pelo Tribunal de Justiça, que determinou o julgamento para a Comarca do Recife. (...)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO

Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho



117

Induvidosamente, está justificado o lapso temporal excessivo de que tratam na exordial os impetrantes, eis que a tramitação processual, com o pedido de desaforamento, exige uma dilação maior para que os pacientes sejam julgados, o que, decerto, ocorrerá em breve, sendo irrecomendável, destarte, o acolhimento ao pleito da inaugural."

Note-se que o delito imputado aos Pacientes ocorreu em **30/10/2006** (fls. 08), tendo sido a segregação preventiva decretada em **05/09/2007** (fls. 13), sob o fundamento de que ameaçavam as vítimas e testemunhas, além da possibilidade de voltarem a delinquir. Somente em **26/03/2008** os Pacientes se apresentaram para recolhimento ao cárcere (fls. 14). Pronunciados em **05/12/2008** (fls. 18), portanto, em menos de 09 (nove) meses do recolhimento provisório, constou na Decisão de Pronúncia (fls. 18) a determinação de mantê-los presos, por assim terem permanecido durante a Instrução Criminal, em razão de terem foragido do distrito da culpa, além de as testemunhas se mostrarem atemorizadas. Os Pacientes não recorreram, pelo que transitou a referida Decisão em **26/01/2009** (fls. 19). A Promotoria de Justiça requereu o Desaforamento em data de **26/02/2009** (fls. 27), sendo o pleito deferido por este Tribunal em **09/09/2009** (fls. 30), portanto, em menos de 07 (sete) meses.

Desse modo, é possível constatar que os prazos processuais caminham sob a égide do Princípio da Razoabilidade, inclusive em face da peculiaridade do feito, ante o pedido de Desaforamento acolhido. É entendimento pacificado na jurisprudência de que os prazos não são peremptórios, sobretudo se o retardo se revela justificado. *In casu*, o julgamento dos Pacientes por um dos Tribunais do Júri da Capital está próximo de ser marcado.

Ademais, conforme atentou a Juíza singular (fls. 45), os motivos para manutenção da prisão preventiva dos Pacientes persistem, o que se depreende, aliás, do julgamento do Desaforamento mencionado, que data de **09/09/2009**, segundo o qual os Pacientes são tidos como integrantes de grupo de extermínio, além de possuírem influência política na região, vez que parentes (irmãos) de ex-presidente da Câmara de Vereadores da Comarca de Itambé-PE. Assim, evidencia-se temerária a soltura pretendida, porquanto, embora tenham se apresentado espontaneamente ao cárcere em **26/03/2008**, mantiveram-se foragidos pelo menos desde o decreto constritor, que se deu em



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO

Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho



118

05/09/2007, não se olvidando que a tentativa de homicídio a si atribuídos data de 20/10/2006.

Portanto, seja por estar demonstrado que o alardeado excesso prazal restou justificado, ou mesmo pela necessidade de se manter custodiados os Pacientes, entendendo inviável o pleito confido na impetração, não merecendo acolhida o alegado constrangimento ilegal.

Em consonância com a hipótese dos autos, acosto os seguintes precedentes do STJ:

"STJ: "HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. PRISÃO EM RAZÃO DE PRONÚNCIA. EXCESSO DE PRAZO PARA JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO PELA DEFESA. PEDIDO DE DESAFORAMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO JULGADO PROCEDENTE EM 8 (OITO) MÊSES. DEMORA JUSTIFICADA. ORDEM DENEGADA.

1. A interposição de recurso em sentido estrito pela defesa e o **requerimento de desaforamento aviado pelo Ministério Público são elementos que justificam a demora para a submissão do paciente ao Tribunal do Júri.**

2. **O pedido de desaforamento foi julgado e provido pelo Tribunal de Justiça em aproximadamente 8 (oito) meses, prazo considerado razoável.**

3. Ordem denegada." (sem grifos no original) (HC 67.731/PE, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 18/10/2007, DJ 03/12/2007 p. 367).

"STJ: "HABEAS CORPUS – PRISÃO PREVENTIVA – INDÍCIOS DE AUTORIA – ESTREITA VIA DO WRIT – CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL – NOTÍCIAS DE QUE PODERIA HAVER REPRESÁLIAS EM CASO DE CONDENAÇÃO – EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO CRIMINAL – RÉU PRONUNCIADO – DEMORA PARA A REALIZAÇÃO DO JULGAMENTO EM PLENÁRIO – DESAFORAMENTO – DEFENSOR QUE DEIXOU DE COMPARECER – JULGAMENTO EM VIAS DE OCORRER – ORDEM DENEGADA. (...)

- **Havendo evidências concretas de que o agente, suposto autor do crime que lhe foi imputado, estaria ameaçando Jurados, o que motivou, inclusive, o desaforamento do**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO

Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho



119

juízo para outra Comarca, sua prisão preventiva é necessária para a conveniência da instrução criminal.

- Pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução (Súmula 21).

(...)

- Ordem denegada." (sem grifos no original) (HC 68.371/SP, Rel. Ministra JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG), QUINTA TURMA, julgado em 14/08/2007, DJ 17/09/2007 p. 313).

"STJ: "HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. **PACIENTE PRESO PREVENTIVAMENTE DESDE 19.06.08.** PLEITO DE NULIDADE DA DECRETAÇÃO. RECONHECIMENTO DO ACUSADO REALIZADO DE FORMA ILEGAL. MATÉRIA NÃO EXAMINADA PELO TRIBUNAL A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. **EXCESSO DE PRAZO (1 ANO E 2 MESES) JUSTIFICADO.** COMPLEXIDADE DO FEITO, QUANTIDADE DE RÉUS (4 PESSOAS), TRANSFERÊNCIA DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL DOS ACUSADOS E NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS E DE READEQUAÇÃO AO NOVO RITO PROCESSUAL. PARECER MINISTERIAL PELO PARCIAL CONHECIMENTO DO WRIT E, NESSA PARTE, PELO INDEFERIMENTO. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA.

(...)

2. A concessão de Habeas Corpus em razão da configuração de excesso de prazo é medida de todo excepcional, somente admitida nos casos em que a dilação (A) seja decorrência exclusiva de diligências suscitadas pela acusação; (B) resulte da inércia do próprio aparato judicial, em obediência ao princípio da razoável duração do processo, previsto no art. 5o., LXXVIII da Constituição Federal; ou (C) implique em ofensa ao princípio da razoabilidade.

3. O período de encerramento da instrução criminal, fruto de construção doutrinária e jurisprudencial, não deve ser entendido como prazo peremptório, eis que subsiste apenas como referencial para verificação do excesso, de sorte que sua superação não implica necessariamente um



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO

Terceira Câmara Criminal
Gabinete do Des. Nivaldo Mulatinho



120

constrangimento ilegal, podendo ser excedido com base em um juízo de razoabilidade.

(...)

5. Ordem conhecida em parte e, nessa extensão, denegada, em consonância com o parecer ministerial." **(sem grifos no original)** (HC 136.069/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 01/09/2009, DJe 28/09/2009).

Tendo em vista a divergência de nomes do Paciente **JOSÉ ROBERTO DO SANTOS RIBEIRO**, vulgo "**Seu Blu**", determino seja retificada a autuação para **JOSÉ ROBERTO DO SANTOS**, vez que o nome a ser retificado só consta da impetração, e este último, de diversos outros documentos constantes dos autos, conforme já referido.

Ante o exposto, em consonância com o Parecer da douta Procuradoria de Justiça, **denego a ordem.**

Recife,

15 de dezembro de 2009


Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Relator